

A ÚLTIMA CARTADA DAS FORÇAS RETRÓGRADAS EM MATÉRIA
DE JUSTIÇA SOCIAL: O CASO DEMÉTRIO MAGNOLI E SEUS ARGUMENTOS
CONTRA AS COTAS¹

KANAVILLIL RAJAGOPALAN*

RESUMO

Destacando a importância do papel da Linguística Crítica para a discussão de temas socialmente relevantes, este artigo discute os usos e abusos de argumentos considerados científicos para a defesa de posições conservadoras em nossa sociedade. O artigo defende a consideração do contexto histórico para compreender esses argumentos e assume a ideologia como parte constitutiva, ainda que negada, da ciência. O caso analisado é o livro *Gota de sangue*, de Demétrio Magnoli, que, para defender sua posição anticotas, lança mão de diversos argumentos considerados científicos, ao mesmo tempo em que nega a sua própria posição ideológica.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Crítica, Ciência, argumentação, cotas.

A conceituada revista *Science*, em sua edição de 18 de dezembro de 2009, traz um artigo da autoria de Max Weisbuch, um pesquisador e pós-doutorando do Departamento de Psicologia da *School of Arts and Sciences* da universidade norte-americana de Tufts. Trata-se de um tema sobre o qual muitos entre nós sempre tinham alguns palpites, muitas suspeitas e, com certeza, muitas opiniões e até mesmo “convicções” inabaláveis. Mas a pesquisa apresenta algo mais que meras especulações e ideias intuitivamente fortes² sobre uma questão de suma importância que muita gente, no entanto, reluta em tomar como digna de amplo debate e prefere varrer para debaixo do tapete ou fingir que simplesmente não existe. Pois bem, a pesquisa escancara um amontoado de conclusões – inquestionáveis do ponto de vista científico – de que “o preconceito racial se faz emergir de forma muito mais sutil do que por intermédio de injúrias diretas”. Ela foca os programas apresenta-

* Professor Titular na área de Semântica e Pragmática das Línguas Naturais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pesquisador 1-A do CNPq.
Email: rajagopalan@uol.com.br

dos notadamente na televisão, por exemplo, em telenovelas, nas quais o preconceito racial, segundo o autor do texto, pode estar oculto onde menos se espera, tal como na linguagem corporal dos atores/personagens ou em um simples olhar – muito mais sutil e velado do que na cena em que a personagem representada por uma atriz negra pedia o perdão à sua patroa (branca, como não podia deixar de ser; o contrário, nem pensar!) ajoelhada no chão, que foi exibida como ponto alto de uma novela no horário nobre na televisão brasileira, há não muito tempo atrás – uma cena que, para muitos telespectadores, sintetizou o cúmulo de um acerto perverso de um embate histórico entre as duas raças ocorrido no passado não muito longínquo: a vítima pedindo o perdão do perpetrador de crimes imensuráveis.

Comentou Nalini Ambady, professora do instituto onde a pesquisa de Weisbuch foi realizada:

As nossas pesquisas mostram que formas ocultas do comportamento não verbal televisivo marcadamente influenciam na formação de tendências preconceituosas nos telespectadores, muito embora eles próprios, os telespectadores possam admitir ser incapazes de relatar ter conscientemente observado tais tendências. (cf., *Science Daily*, 2009, p. 18)

Vivemos na era da ciência, ou melhor, da Ciência, com “c” maiúsculo. Com o advento do Iluminismo, a Ciência usurpou o lugar até então ocupado pela religião.³ É evidente, portanto, que o motivo pelo qual fiz questão de destacar, logo de início, que as constatações que se seguiriam contavam com o prestígio de uma revista científica como a *Science* – foi, nada mais nada menos, impressionar o leitor com a autoridade de quem fala (o chamado “argumento por autoridade”).

A Ciência impressiona, mas também engana. E, às vezes, engana muito e, o que vem a ser pior ainda, é frequentemente usada de forma deliberada com o propósito de enganar. Mesmo quem queira eximir a Ciência de praticar enganação proposital não consegue negar, em sua consciência, que os que juram em nome da ciência – quer de forma propositada quer de forma apressada e impensadamente ingênua – enganam os incautos.

Em meio aos argumentos acalorados em torno das questões de justiça social, ou melhor, da falta dela em muitas sociedades, exemplos

não faltam para comprovar como alguns argumentos são arregimentados para favorecer a chegada à determinada conclusão que, no entanto, se revela baseada em premissas espúrias ou apenas parcialmente procedentes. Acredito que cabe a nós, pesquisadores no campo de Linguística Crítica, detectar e denunciar essas manobras engenhosas de retórica especiosa, muitas vezes praticadas sob o manto de academicismo austero e destemido (RAJAGOPALAN, 2003).

Convém realçar que meu propósito não é – nem enfaticamente nem de forma generalizada – taxar todas essas estratégias, postas em prática por quem quer que seja, de estarem acobertando complôs meticulosamente planejados e executados para salvaguardar os interesses escusos daqueles que se sentem ameaçados diante da marcha dos eventos e das medidas que visam à maior justiça social. Nós que nos consideramos intelectuais e, por essa razão, mais críticos e menos vulneráveis a argumentos falaciosos e interesseiros, muitas vezes costumamos cair na armadilha de defender teses, acreditando piamente que estamos apenas divulgando os frutos das nossas pesquisas e nossas reflexões, movidos pelo amor à verdade e à coragem de defendê-la custe o que custar, sem perceber que estamos de fato servindo aos interesses de poderes ocultos agindo sobre nós de forma sutil. Tal é o poder da ideologia dominante sobre nós. E, mesmo aqueles entre nós que nos orgulhamos de ser intelectuais, de ser livres e descompromissados com relação a motivações políticas, estamos longe de estar isentos ou imunes aos encantos da ideologia que controla e norteia os pensamentos vigentes.

A HERANÇA DO ESTRUTURALISMO

Não há nenhum exagero em dizer que, de certa forma, somos todos estruturalistas. Pelo menos alguns princípios e preceitos do estruturalismo permanecem ainda hoje como uma herança maldita. E, o que é pior, esses princípios e preceitos são, vez ou outra, invocados pelos interessados para subverter ações que visam corrigir desequilíbrios criados na sociedade por meio de atos injustos praticados ao longo da história.

O estruturalismo varreu a Europa e, mais tarde, o resto do mundo, sobretudo na primeira metade do século XX (RAJAGOPALAN, 2004a,

2009a). Em nome do cientificismo que imperava na época, pleiteava-se que só se pode fazer um estudo sério de um objeto qualquer, quando e se ele estiver desvinculado da história daquele objeto. No caso dos estudos da linguagem, em que esse espírito se mostrou particularmente eficaz, Ferdinand de Saussure ([1916]2000) defendeu a separação nítida entre o estudo sincrônico de uma língua e o estudo diacrônico. A ideia subjacente era a de que nada do que podemos dizer cientificamente a respeito de uma língua decorre dos seus estágios anteriores. Por exemplo, a língua portuguesa teria evolvido do Latim, e isso com certeza deixou marcas nela, mas o Latim não tem nada a ver com o Português, tal qual essa língua se encontra hoje. Para estudá-la cientificamente, é preciso esquecer a sua história e abordá-la como se ela tivesse “caído do céu” de uma vez por todas, pronta e acabada. Pode-se dizer que essa ênfase total em cortar peremptoriamente qualquer laço com a história era uma reação ao historicismo que prevaleceu em épocas anteriores e que provocou Karl Popper (1957) a escrever seu livro *A miséria do historicismo*, no qual condenou essa tendência como potencialmente perigosa e perniciosa (muito embora sua crítica fosse dirigida à ideia de destino, de pré-determinação histórica, tal como fora pregada, por exemplo, pelo Nazismo).

Como diz Dosse (1993, p. 69),

Essa radical mudança de perspectiva relega a diacronia para o *status* de simples derivada e a evolução de uma língua será concebida como a passagem de uma sincronia para uma outra sincronia. [...] esse *tour de force* permitiu à linguística libertar-se da tutela historiadora, favorecendo a sua automatização como ciência, mas ao alto custo de uma historicidade [...].

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

O termo “cientismo”⁴ significa, entre outras coisas, a convicção de que os métodos utilizados nas ciências exatas e biológicas também valem com igual propriedade nas áreas humanas e sociais. O cientismo foi, durante o século XX, e continua sendo até os dias de hoje, uma força muito marcante nos rumos da pesquisa. Isso é muito bem refletido na forma como costumamos pensar a respeito das questões

que interessam aos pesquisadores nas disciplinas sociais, humanas e até mesmo filosóficas. É muito comum ver os pesquisadores se esforçando para formular suas propostas seguindo rigorosamente as normas estabelecidas tendo em mente as pesquisas experimentais. Assim, fazemos com frequência vista grossa para o fato de que termos como “hipótese” e “cronograma” rígidos e bem delineados não se aplicam às pesquisas no campo de ciências humanas, particularmente quando elas giram em torno de questões filosóficas e teoricamente “cabeludas”. Nessas pesquisas, o que se vê é que as questões que originalmente despertaram e nortearam o interesse do pesquisador vão sofrendo mudanças paulatinamente, ao longo das reflexões, e o tal do cronograma, longe de obedecer a etapas discretas como “coleta de dados – análise – conclusões” (nessa mesma ordem), manifesta uma ordem de vai e vem e um simultâneo aprofundamento, e possivelmente alargamento ou afunilamento do quadro de referência.

Quando o espírito de cientismo prevalece nas ciências humanas, o resultado imediato é que, na ânsia de isolar o “objeto de estudo”, o pesquisador relega todo o contexto em que este se encontra. Nos estudos da linguagem, cria-se o objeto chamado “língua”, que é vislumbreado de forma desatrelada de seu contexto social e histórico. Foi o que moveu Saussure em sua insistência em abordar o objeto sincronicamente. Já tratei em outros lugares (cf. RAJAGOPALAN, 2004b, 2004c) dos desastrosos desdobramentos da decisão inaugural de se afastar do contexto social e, em especial, do *Zeitgeist* do momento histórico em que a língua se encontra. Esse *Zeitgeist* se torna importante, pois é nele que se delineiam as opiniões que usuários (o “povo” de modo geral) têm a respeito de sua língua. O descaso proposital de se distanciar da opinião popular é, no fundo, mais uma forma de ignorar a história – não só da língua como um objeto reificado, mas também do modo como seus usuários a veem ao longo dos tempos – o fato é que a linguística sempre procurou negligenciar sua própria história (RAJAGOPALAN, 2005).

Não é de se estranhar que as ciências humanas tenham sido, de forma geral, afetadas pelos acontecimentos na linguística, pois a linguística foi a principal fonte de inspiração delas, principalmente na primeira metade do século XX. Eis o que Roland Barthes ([1973]1985, p. 221), citado em Dosse (1993, p. 67) tem a dizer a respeito: “Saussure

representa uma mudança epistemológica: o analogismo toma o lugar do evolucionismo, a imitação substitui a derivação”.

MAGNOLI E SUA *GOTA DE SANGUE*

Uma pergunta que não quer se calar é: a quem interessa o apagamento da história, e das marcas e dos vestígios que ela sempre deixa em seus rastros? Antes de procurarmos uma resposta para a pergunta, convém lembrar que há inúmeros casos de uso indiscriminado dos frutos da Ciência por setores interessados da sociedade em proveito próprio. Afora o fato inegável de que a Ciência se encontra, ela mesma, muitas vezes ideologicamente compromissada, existe também o uso ideológico das conclusões putativamente derradeiras e inabaláveis a que supostamente chegam os cientistas. Tanto isso é verdade que a linha divisória que se supõe separar a Ciência da Ideologia torna-se cada vez mais tênue, para não dizer extremamente duvidosa. Quem nos fornece uma pista valiosa sobre como a ciência consegue esconder seus próprios resquícios e subterfúgios ideológicos é Arne Naess, o memorável filósofo norueguês (1972, p. 128, citado em GRAY 1980, p. 21):

[O termo] “Ciência” constitui um rótulo de enorme prestígio nos países ocidentais e alguns países orientais. Esse prestígio é arregimentado por interesses “ocultos”, a fim de restringir a gama de perspectivas que são consideradas admissíveis. A pressão para que isso ocorra raramente encontra resistência por parte dos membros mais destacados da comunidade científica. Estando no topo da carreira, eles tendem a aposentar-se ou a não ser socialmente influentes ou a estar concentrados em suas pesquisas específicas, o que os torna, sem que eles mesmos o percebam, coniventes com o dogmatismo grosseiro.

As estreitas semelhanças entre as formas como a ciência e a ideologia funcionam foram enfatizadas por Paul Feyerabend num ensaio intitulado de forma provocativa “Como defender a sociedade contra a ciência”. Nele, Feyerabend nos aconselha o seguinte: “Se o objetivo é combater *todas* as ideologias, vamos em frente. Mas, não nos esqueçamos da ciência” (FEYERABEND, 1981, p. 156).

As palavras sábias e muito profundas de Arne Naess se aplicam com assustadora acurácia ao livro *Uma gota de sangue*, da autoria do sociólogo Demétrio Magnoli (2009a). O tom geral da obra se encontra resumido no seguinte parágrafo do livro de nada menos que 398 páginas:

Raça é, precisamente, a reivindicação de um gueto. O nome desse gueto é ancestralidade. A vida de um indivíduo que define o seu lugar no mundo em termos raciais está organizada pelos laços, reais ou fictícios, que o conectam ao passado. Mas a modernidade foi inaugurada por uma perspectiva oposta, que se coagula nos direitos da cidadania. Os cidadãos são iguais perante a lei e têm o direito de inventar seu próprio futuro, à revelia de origens familiares ou relações de sangue. A política de raças é uma negação da modernidade. (MAGNOLI, 2009a, p. 15)

A RECEPÇÃO ENTUSIASTICA DO LIVRO E AS DESAVENÇAS INICIAIS

O livro foi aclamado instantaneamente como um verdadeiro *happening* em meio à intelectualidade brasileira. As seguintes palavras de Marcelo Leite (2009), colunista da *Folha de S.Paulo*, fornecem-nos uma ideia da recepção entusiasmada que o livro de Magnoli recebeu:

Não se iluda o leitor com o título da obra. O livro do geógrafo e colunista Demétrio Magnoli não é um compêndio. Trata-se de um texto de intervenção no debate brasileiro sobre cotas raciais. Seu mérito maior é ter muito menos defeitos que o best-seller “Nós Não Somos Racistas”, do jornalista Ali Kamel. A tese é a mesma: as ações afirmativas e o movimento negro resultam de uma armação ideológica. Ela conspira contra o princípio da igualdade perante a lei, contra a ideia de nação e, no caso brasileiro, contra seu generoso mito fundacional, a mestiçagem.

Mas, para a surpresa de muitos, o próprio Magnoli (2009b) rebateu, imediatamente, a resenha feita por Leite, objetando, entre outras coisas, a ideia de que o livro fosse “um texto de intervenção no debate brasileiro”. Magnoli também se revela, no mesmo texto, inconformado com a forma como, no seu entender, Leite ressalta o propósito *interventório* do livro *Uma gota de sangue* e, ao mesmo tempo, despreza

a parte em que se encontra o putativo embasamento teórico, recheado de supostos “fatos históricos” e “dados incontestáveis”. No decorrer da sua resenha – conforme já disse – elogiosa do livro, Leite dissera:

Digressões histórico-geográficas sobrecarregam um tanto a leitura com exemplos de países, instituições, movimentos e autores que comprovariam a tese. As partes três e quatro, por exemplo, poderiam ser saltadas sem prejuízo para o fulcro do debate brasileiro.

A reação de Magnoli foi pontual e claramente demonstra uma dose de frustração com o fato de o resenhista não ter reconhecido todo o esforço empenhado em arregimentar argumentos que sustentariam as conclusões:

Ele decreta que o livro é “um texto de intervenção no debate brasileiro sobre cotas raciais” e sugere que se salte tudo que não incide diretamente sobre o Brasil, como as “partes três e quatro, por exemplo”. A proposta de ignorar mais de metade de uma obra, justamente onde se encontram, nas palavras do resenhista, as “digressões histórico-geográficas” (cruz, credo!) que “comprovariam a tese”, é uma inovação e tanto. Pergunto-me se ele considerou a hipótese de que a sugerida leitura produtivista deturpe a compreensão da tese.

O que chama atenção nessa resposta ressentida e acirrada por parte de Magnoli é a veemência com que ele rechaça qualquer ideia de “intervenção” e o igual repúdio à qualificação de “mais de metade” do livro de “digressões histórico-geográficas”.

CRITICIDADE E SEUS CRÍTICOS

A abordagem crítica em relação à teoria, ou seja, a ideia de que o teórico não tem como se furtar de agir decisivamente na própria atividade de pensar e formular teorias é oriunda da tradição do pensamento crítico da Escola de Frankfurt. Em seu ensaio intitulado “Filosofia e Teoria Crítica”, Max Horkheimer (1968, p. 69), uma das figuras importantes dessa escola ao lado de Adorno, escreveu:

A teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza a experiên-

cia à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. Os sistemas das disciplinas contêm os conhecimentos de tal forma que, sob circunstâncias dadas, são aplicáveis ao maior número possível de ocasiões. A gênese social dos problemas, as situações reais nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por ela mesma consideradas exteriores.

E prosseguiu, fazendo uma contraposição à teoria crítica:

A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não são para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ele. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder. (HORKHEIMER, 1968, p. 69)

Falar em “história”, para Magnoli, significa cair nos encantos do velho marxismo. Eis o que ele tem a dizer a respeito de Florestan Fernandes: “Florestan Fernandes acreditava que o intelectual tem um papel a desempenhar na transformação social e sempre se considerou mais um militante político marxista que um acadêmico” (MAGNOLI, 2009a, p. 157).

Magnoli (2009a, p. 157), no entanto, tem certa razão quando acrescenta, logo a seguir:

Contudo, na sua sociologia, foi eclético e procurou o rigor, explicando que o intelectual não produz a realidade em que vive e, quando muito, ajuda a compreendê-la. A avaliação tem sentido, é claro, mas também embaça um pouco o olhar, pois o intelectual efetivamente cria realidades.

Aqui cabem algumas observações que têm muito a ver com o que estou querendo pleitear neste texto: Magnoli deixa de perceber alguns desdobramentos cruciais de suas próprias admissões.

Em primeiro lugar, ele tem toda razão quando afirma com todas as letras que “o intelectual efetivamente cria realidades”. Mas, em que sentido isso deve ser compreendido?

O ditado inglês que diz *The pen is mightier than the sword* (A caneta é mais poderosa do que a espada) diz respeito não só ao poder da palavra em mover as massas e desencadear uma avalanche de atos mais poderosos que em uma guerra declarada, mas também ao sentido em que o dono da palavra, o escritor ou o orador talentoso acaba imprimindo sua visão do mundo como a visão mais atraente e, enfim, como o retrato fiel da última e única realidade. Isso vale tanto para um demagogo diabólico como, em tempos recentes, Adolph Hitler, como para um cientista respeitado, o que comprova a provocação de Paul Feyerabend, citada anteriormente: “Se o objetivo é combater *todas* as ideologias, vamos em frente. Mas, não nos esqueçamos da ciência” (FEYERABEND, 1993, p. 156).

Em seu livro *LTI A Linguagem do Terceiro Reich*, Victor Klemperer (1947[2009]) nos mostra como a nova linguagem ou, se quiser, a “novilíngua” fabricada com exímia perfeição pelos Nazistas acabou induzindo a maior parte da população – inclusive os cidadãos judeus, perseguidos pelos seguidores de Hitler – a empregá-la inadvertidamente e, dessa forma, incorporá-la e, em seguida, “naturalizá-la” inconscientemente. Em suas próprias palavras, “não usamos impunemente a linguagem do vencedor. Acabamos por assimilá-la e passamos a viver conforme o modelo que ele nos dá” (KLEMPERER, [1947]2009, p. 309).

Que todo intelectual, demagogo ou cientista, ajuda a criar uma nova realidade, não é nenhuma novidade. Talvez seja isso que ambos têm em comum com o poeta. O problema é quando essa nova realidade, essa “visão do mundo” ou *Weltanschauung* (como os alemães costumam chamá-la), acaba sendo a única disponível ou quando esforços são empenhados para torná-la assim, eliminando todas as alternativas. Num outro trecho do seu livro, Klemperer ([1947]2009, p. 230) se refere ao escritor austríaco Arthur Schnitzler (1862-1931), e diz

Para ele, era lógico que *Weltanschauung* representasse “o desejo e a capacidade de enxergar o mundo como ele realmente é, ou seja, contemplar o mundo sem se deixar influenciar pelos preconceitos, sem a necessidade de retirar de sua experiência, rapidamente, uma nova lei ou de inserir essa experiência em alguma lei que exista...

Mas, para as pessoas, *Weltanschauung* é uma espécie de *Gesinnungstüchtigkeit* [forma Superior de apego a convicções] – um apego infinito a convicções, por assim dizer”.

O desejo de se livrar da temporalidade e superar o caráter provisório e precário da sua *Weltanschauung* leva o ser humano a acreditar na sua universalidade e na objetividade, e a reivindicá-las como fatos consumados. Daí o cuidado, por parte de Magnoli, em não se contrapor à ideia atribuída a Fernandes de que o intelectual jamais pode criar a realidade em que ele vive, mas apenas, e na melhor das hipóteses, descrevê-la – uma convicção oriunda do realismo científico a que ambos subscrevem. Magnoli, todavia, complica as coisas para si, pois, logo em seguida, apressa-se em acrescentar que também é verdade que “o intelectual efetivamente cria realidades”. Ora, ele terá que escolher entre uma das posições, para que possa evitar a queda em uma contradição gritante.

COMO SE CRIAM REALIDADES ATRAVÉS DO USO DA LINGUAGEM

O poder criativo do uso da linguagem foi trabalhado com mestria pelo filósofo inglês J. L. Austin (1962). Em seu livro clássico *How to Do Things with Words*, Austin esboçou uma forma de abordar os enunciados linguísticos como instâncias de enunciação que, longe de descreverem certos “estados de coisas” no mundo, como decretava a tradição, na verdade contribuiriam para moldar o mundo de novas maneiras (RAJAGOPALAN, 2004e, 2009b). Até mesmo um simples e corriqueiro enunciado na forma declarativa como “Eu vos declaro marido e mulher”, pronunciado por um padre ou pastor no momento apropriado e de acordo com regras estabelecidas previamente, contribui decisivamente para alterar significativamente o mundo, na medida em que introduz nesse mundo um fato novo e inédito que até o momento não existia.

Austin foi um grande impulsionador da escola filosófica que ficou conhecida como a Filosofia da Linguagem Ordinária, cuja maior inovação no campo de pensamento filosófico foi justamente comprovar que o nosso uso da linguagem impacta o mundo e nele intervém de forma decisiva, consciente ou inconscientemente. Austin mostrou que o nosso uso da linguagem é invariavelmente performativo, mesmo quan-

do ele nos engana, como enganou, e levou muitos estudiosos ao longo da história a pensar que pelo menos uma parte dos significados são da ordem dos “constativos” – aqueles enunciados que servem apenas para descrever uma realidade exterior e independente da linguagem e, o mais importante, que são imunes a qualquer ingerência por quem quer que seja. Acontece, como chega a mostrar Austin, mesmo um enunciado do tipo “O gato se encontra em cima do capacho”, tido como caso exemplar de uma sentença declarativa e, por esse motivo, suscetível de ser avaliada como verdadeira ou falsa (a prova derradeira de uma sentença que apenas reflete o mundo, sem nele interferir), é, no fundo, um enunciado performativo como qualquer outro.

Para Austin, os enunciados performativos se distinguem dos constativos por não se prestarem a uma avaliação em termos do binômio “verdade/falsidade”. Eles podem apenas ser considerados “felizes” ou “infelizes”, dependendo das circunstâncias em que são proferidos. A famigerada questão da verdade (ou falsidade), que tanto ocupou a atenção dos filósofos, seria nada mais que uma das “condições da felicidade” ou, quem sabe, um dos efeitos de um proferimento feliz e bem-sucedido. Em nossos tempos, a aura da Ciência contribui para que um enunciado seja premiado com o certificado de “100% verdadeiro”.

É nessa perspectiva que a afirmação de Magnoli – “o intelectual efetivamente cria realidades” – começa a fazer algum sentido. Qualquer ato de enunciação, quando abordado como um caso de performativo, tem essa propriedade. Quando proferida por um cientista (ou um “intelectual”, no dizer de Magnoli), ela não só efetivamente cria uma nova realidade, mas também, na medida em que utiliza o prestígio da ciência e da academia, confere-lhe autoridade, respeitabilidade e até mesmo um ar de irrefutabilidade. Diga-se de passagem, que, ao que me consta, Magnoli não estava pensando em Austin, muito menos simpatizando com suas ideias.

DE VOLTA A *UMA GOTA DE SANGUE*: O PAPEL DA CIÊNCIA

O subtítulo do livro de Magnoli é *História do pensamento racial*. Ele até lembra o título do livro, já clássico, de Clóvis Moura (1989):

História do negro brasileiro. Mas as semelhanças param por aí. Como observa Mesquita (2003):

Clóvis Moura está claramente preocupado com a transformação social, e com isso norteia sua postura intelectual entendendo que o pensador independente possui maiores e mais concretas possibilidades de fomentar a mudança da sociedade, pois não está preso a nenhum tentáculo do sistema. Em sua ilação, expõe que “o sociólogo profissional usa de um conjunto de técnicas para servir à estrutura; não é um cientista independente que procura uma práxis para transformá-la”. (MOURA, 1978, p. 28)

Diferentemente de Moura, Magnoli não tem nenhuma pretensão transformadora. O lado articulista e colunista⁵ da sua personalidade está à caça de oportunidades de aparecer e ser alvo de holofotes da mídia. Todo o seu esforço concentra-se em dar a impressão de ter executado um empreendimento impecavelmente científico – neutro, metódico, objetivo, custe o que custar e cutuque quem cutucar. É assim que ele começa seu livro, sob o título de “Uma história do sangue”: “Classificar é colocar os objetos – ou as ideias – em ordem. A humanidade classifica desde os tempos remotos.”

Ou seja, toda a questão cabeluda que quer investigar precisa ser abordada com o olhar de um cientista descompromissado de qualquer posicionamento ideológico. Nessa empreitada, a história só tem valor no sentido de colocar a discussão num contexto maior. Ela não entra de forma alguma nas elucubrações teóricas propriamente ditas. Fiel à tradição do estruturalismo e à visão da ciência em que ela se baseia, Magnoli quer deixar a história à distância, para poder se concentrar na questão central, seu “objeto” de estudo, tal qual ele se apresenta no momento presente.

A história que Magnoli quer resgatar, portanto, não é a de nenhuma raça, mas a da forma como “raça” foi trabalhada ao longo dos séculos. A história do negro não lhe interessa, menos ainda a história das injustiças, das trapaças, das discriminações, das iniquidades a que o negro – ou o índio (assunto que nem entra na pauta das discussões de Magnoli, embora seja fácil ver por que ele se esquiva) – foi submetido.

Algumas frases do livro, escolhidas aleatoriamente, ilustram muito bem a forma como Magnoli trata da questão. Sob o título “A ciência das raças”, ele diz:

O etnocentrismo é um traço identificável em todos os povos e épocas (p. 22)

A versão europeia – ou seja, o eurocentrismo – articulou-se no Renascimento sob a forma de um pensamento histórico. (p. 23)

Ao longo da história, nos mais diversos contextos etnocêntricos, o termo raça foi utilizado com finalidades descritivas e sentidos associados a “tipo”, “variedade”, “linhagem” e “ancestralidade”. Entretanto, o termo ganhou seu sentido atual, de uma divisão geral da humanidade amparada em características físicas e hereditárias, na moldura do eurocentrismo e [sic] no final do século XVIII. (p. 23)

O que é surpreendente até agora é que a impressão que se passa é a de que tais ideias se difundiram no bojo de uma visão pouco científica e escancaradamente ideológica. No tratamento de Magnoli, nem a Bíblia escapa do rótulo de ideologias ultrapassadas.

A Bíblia, com sua insistência na unidade essencial da humanidade, parecia impugnar a escravização de africanos, largamente praticada pelos europeus desde a colonização do Novo Mundo. Para circundar essa dificuldade, argumentou-se que os escravos eram pagãos ou, alternativamente, que Noé lançou a maldição da escravidão sobre os descendentes de seu filho Cam, supostamente negro. (p. 23)

O teor desse argumento, porém, dá uma guinada, quando Magnoli menciona o Iluminismo:⁶

O cenário mudou fundamentalmente com o advento da filosofia das Luzes, que postulou a igualdade natural dos homens, um princípio convertido em argumento central dos abolicionistas. Se os seres humanos nascem livres e iguais, por um desígnio simultaneamente divino e natural, como conservar o instituto de escravidão? (p. 23)

Que os abolicionistas se valeram do argumento, ou da “descoberta científica”, como quer Magnoli, é pura verdade. Mas insinuar que a abolição da prática da escravatura foi uma vitória da Ciência sobre

as Ideologias nefastas de outrora é tirar proveitos interesseiros de uma leitura equivocada e simplista da história.

O próprio Magnoli é quem enfraquece sua linha de raciocínio quando, logo em seguida, acrescenta:

As primeiras teorias “científicas” sobre a divisão da humanidade em raças oferecem uma resposta a esse dilema de profundas implicações econômicas. Carolus Linnaeus, o pai da taxonomia biológica, sugeriu em meados do século XVIII uma divisão do *Homo sapiens* em quatro raças, baseada na origem geográfica e cor da pele: Americanus, Asiaticus, Africanus, Europeanus. (p. 23-24)

O assim-chamado “racismo científico” é taxado, como não poderia ser de outra forma, de pseudo-ciência (as aspas irônicas sobre a palavra “científica”, na citação acima, ilustram bem isso). Magnoli não menciona a escandalosa tese da “curva de sino” (HERRNSTEIN & MURRAY, 1994), que agitou os EUA nos anos 1990. Caso tivesse feito uma pausa para refletir sobre ela e outras tantas que costumam pipocar, de tempos em tempos, ele poderia ter se conscientizado de que as ditas “descobertas científicas” são frequentemente utilizadas para servir a esta ou àquela agenda política escusa e oculta.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA “RAÇA” E DO “RACISMO” NO BRASIL

Magnoli conclui a introdução ao seu livro, dizendo:

No último ano do século XX, os cientistas que sequenciaram o genoma humano declararam a morte da raça. O mito da raça, entretanto, no lugar de se dissolver como uma crença anacrônica, algo parecido com a antiga crença em bruxas, persiste ou renasce na esfera política, desafiando a utopia da igualdade. (p. 16)

Se a raça é, na visão de Magnoli, um puro mito, tão anacrônico e desmistificado como a bruxaria há muito tempo, as classes sociais, estas sim, existem, e as diferenças econômicas entre elas persistem. Afinal, diria ele, o dinheiro é uma coisa concreta (?), é possível mensurá-lo, e seu possuidor avaliado como pertencente à classe alta, média ou pobre.

Já a raça..., sobretudo num país de mestiços! Quase no fim do livro, ele chega a dizer:

Os EUA interpretaram a si mesmos como uma nação sem nítidas barreiras de classe social, na qual todos têm a oportunidade de ascender economicamente, mas também como um país dividido por fronteiras intransponíveis. O Brasil, bem ao contrário, enxergou-se como uma nação mestiça, miscigenada, pouco afeita a barreiras raciais, mas atravessada por divisas de classe muito marcadas. A desigualdade social, não a diferença de cor, sempre pareceu aos brasileiros representar o verdadeiro desafio político na trajetória de modernização do país. (p. 358)

Ou seja, o Brasil é o avesso dos EUA; lá há raça e racismo, mas não há nenhuma restrição ou impedimento à ascensão social; aqui, entre nós, não há nem raça, nem racismo (alguém ouviu falar neles?), mas, em contrapartida, as nossas “divisas de classe [são] muito marcadas”.⁷ Não sei se pelo receio de ser caracterizado como pessimista ou de se transformar em alvo de críticas ainda mais avassaladoras, ele resiste à tentação de manter a perfeita simetria da equação inversa, utilizando o mesmo modificador – “país dividido por fronteiras intransponíveis” – que usara para descrever a situação dos EUA.

O único detalhe que Magnoli não quer encarar é o fato, inegável, de que as diferenças entre as categorias “raça” e “classe econômica” no Brasil ainda se encontram bastante correlatas (cf. LOVELL & WOOD, 1998). O título do livro de Herrnstein & Murray (1994), a saber, *Bell Curve and Class Structure* (em português, “A curva de sino e a estrutura de classes”), capta muito bem essa ligação estreita, a despeito do caráter vilipendioso do seu conteúdo. Em razão disso, existem nítidas tendências de um homem de cor ser parado e revistado em uma batida policial, de, enfim, ser considerado culpado e ter sumariamente negados os benefícios do princípio da presunção de inocência. Simplesmente ignorar esses fatos inegáveis equivale a tapar o sol com a peneira, e é isso que Magnoli faz.

Ao mesmo tempo em que despreza esses dados “impressionísticos” e não comprovados pelos métodos inquestionavelmente científicos, Magnoli cita, usa e abusa de outros “dados” que lhes convêm.

No Brasil, as pesquisas sobre atitudes diante do racismo oferecem resultados curiosos e, ao mesmo tempo, esclarecedores. [Leia-se, “curiosos” pela confusão na mente de respondentes, o povo, em geral e “esclarecedores” para os cientistas que, munidos de uma visão mais aperfeiçoada, conseguem tirar algum proveito deles]. Diversas enquetes revelam que uma vasta maioria dos brasileiros admite a existência de discriminação racial no país, especialmente em episódios de operações policiais nas periferias e favelas. Entretanto, ao mesmo tempo, maiorias muito expressivas declaram não nutrir preconceito racial. O antropólogo Peter Fry menciona uma pesquisa respeitada na qual 87% dos entrevistados que se declaravam “brancos” e 91% dos que se designavam “pardos” afirmavam não ter preconceito nenhum contra “negros”. Na mesma pesquisa, 87% dos que se definiam como “pretos” negavam nutrir preconceito contra “brancos”. Mais interessante ainda: 64% dos pretos e 84% dos “pardos” declararam nunca ter sido alvos de preconceito racial. (p. 382)

Em momento algum, o sociólogo e “geógrafo humano” Magnoli coloca em questionamento a validade de “dados” estatísticos coletados através de enquetes como essas, a não ser para se dar por contente em descrever a pesquisa a que explicitamente se refere como “uma pesquisa respeitada.” Os perigos de um apego descomunal à cientificidade de números e estatísticas foram muito bem documentados por Reichmann (1961).

Magnoli não quer reconhecer que pesquisas do tipo estatístico, que ele cita com tamanha aprovação, pecam por não levarem em conta o que os entrevistados realmente pensam sobre as questões sobre as quais são inquiridos ou disfarçam-nas de forma mais engenhosa como modo de salvaguardar qualquer avaliação negativa.⁸ Isso acontece até mesmo nas eleições ditas “secretas”, em que os votos dos eleitores são violados por intermédio de marcas identificadoras secretas ou “mexidinhas” nas urnas. Na Alemanha nazista, segundo Klemperer ([1947]2009), até mesmo a parcela da população encarcerada nos campos de concentração “votava” de acordo com os desejos do Führer.

São muito complexos os motivos que levam os respondentes a optarem por determinadas maneiras de responder. As pessoas, com raríssima exceção, admitem abertamente serem racistas empedernidas. O fato, porém, é que o racismo levanta sua cabeça nojenta nos momentos

em que menos se espera, por exemplo, em simples gestos na vida cotidiana das pessoas, como mostrou o levantamento feito na universidade de Tufts, citado e comentado brevemente no início deste artigo. E, quanto à Lei, as pessoas que praticam o racismo escancarado só são punidas quando se consegue demonstrar que o ato em questão se caracteriza como “injúria”.⁹

COMO ENTENDER O ESFORÇO EMPENHADO POR MAGNOLI

É preciso dizer que no livro *Uma gota de sangue* há muita coisa que é fruto de pesquisa séria. O livro impressiona pela vasta gama de fontes pesquisadas, pela envergadura da ótica do autor. Num texto intitulado “Raças e cotas”, o autor Contardo Calligaris (2009) manifesta uma posição política diversa da posição de Demétrio Magnoli. Em suas palavras,

Compartilho com Magnoli o sonho de uma sociedade em que a cor da pele seja indiferente. Mas minha avaliação das políticas de cotas é “matizada”. Quando cheguei nos EUA, em 94, eu pensava como Magnoli, ou seja, previa que o sistema de cotas, instituído para “compensar” os efeitos da discriminação, dividiria o país, levando-o de volta para o século 19. Não foi o que aconteceu. Aos poucos, a presença de cidadãos de todas as cores na maioria das corporações (da polícia urbana ao corpo docente das universidades) se transformou num duplo valor compartilhado por todos ou quase: um valor estético (a diversidade é bonita) e um valor produtivo (a diversidade é funcional).

Calligaris faz questão de esclarecer que seu posicionamento é eminentemente político e guiado por um senso agudo de pragmatismo. Mais interessante ainda: é confessadamente impressionista. Em primeiro lugar, deixa claro que “o sonho de uma sociedade em que a cor da pele seja indiferente” é isso mesmo: *um sonho*. Não custa sonhar, pois a realização do sonho na vida real seria em si um fim a ser desejado e para a qual qualquer sacrifício de hoje seria considerado retrospectivamente muito bem justificado no futuro. Mas Calligaris também deixa claro que não se pode virar as costas para uma realidade que está aí em nome da ilusão de que o sonho já é uma realidade.

Qualquer um que viveu nos EUA por algum tempo ou teve contato com a realidade hoje vivida naquele país sabe muito bem que a propalada igualdade de raças (na medida em que isso existe) é fruto de uma luta muito sangrenta e dolorosa e da resistência pacífica, porém obstinada, dos líderes negros como Martin Luther King e Jesse Jackson.

E o pior é que, no esforço de validar um dado definitivo (mesmo que só possa valer-se de um argumento de autoridade), Magnoli confunde o senso prático, político e pragmático de um candidato à presidência do país, com uma prova derradeira da superação de uma memória não muito longínqua:

Não existem os Estados Unidos dos negros, os Estados Unidos dos brancos, os Estados Unidos dos descendentes de latinos ou os Estados Unidos dos descendentes de asiáticos – existem apenas os Estados Unidos da América”. Barack Obama pronunciou essas palavras na Convenção Nacional Democrata de 2004. (p. 138)

E ainda, “Obama não se apresentava como um “político negro”, na tradição de [Reverendo] Jackson, e sugeria um futuro pós-racial para a nação”.

Essa última citação de Magnoli nos surpreende, pois o autor se trai quando admite que “um futuro pós-racial” é uma sugestão, um *sonho* de Obama, pois cabe a pergunta: se “pós-racial” é um atributo a ser desejado para um futuro, o que seria o adjetivo apropriado para qualificar o presente?

Quando Calligari conclui seu texto, dizendo “Até que um dia pareceu lógico, num país cujo sul inteiro foi racista e segregado, que um negro pudesse ser presidente”, ele fala da eleição de Barack Obama para o cargo mais alto do seu país como uma comprovação do êxito do “sistema de cotas, instituído para ‘compensar’ os efeitos da discriminação” que, longe de dividir o país como ele mesmo desconfiava, como Magnoli (“quando cheguei nos EUA, em 94, eu pensava como Magnoli”), induz a afirmar: “minha avaliação das políticas de cotas é ‘matizada”.

OS ERROS E EQUÍVOCOS DE MAGNOLI

Magnoli demonstra ser bastante impaciente e até vitriólico quando desfecha críticas duras aos que defendem justiça social e reparos

para crimes cometidos no passado. Num texto provocativamente intitulado “O dom de iludir” (MAGNOLI, 2009b), ele diz:

[...] a honestidade intelectual é um artigo escasso numa esquerda que não entendeu o significado da queda do Muro de Berlim e continua a hostilizar os princípios sobre os quais se sustenta a democracia. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, um dos arautos proverbiais dessa esquerda, invocou a “justiça social” e a “justiça histórica” como argumentos de legitimação do sistema de cotas (“Tendências/Debates”, 26/8). É uma opção pelo ilusionismo, que investe na confusão conceitual para ocultar o sentido das políticas de raça.

Quem cai em armadilhas de raciocínio ao pleitear clareza conceitual na esfera política é, infelizmente, o próprio Magnoli. Ele confunde o trabalho de reflexão e de análise conceitual com ação política. Mais ainda, acredita que, enquanto estiver se baseando na ciência de “fatos”, está isento de qualquer conotação político-ideológica.

Magnoli se engana redondamente quando conclui que por intermédio de uma série de constatações é que se chega ao domínio dos performativos e da ação política. É precisamente o contrário. As constatações (incluindo as ditas científicas) não passam de ilusões geradas pelos performativos (RAJAGOPALAN, 2004e, 2007). Contra o “ilusionismo” de Sousa Santos, Magnoli quer se apresentar como a voz da razão científica e o representante autorizado do espírito de Iluminismo. E não percebe que quem está no reino das fantasias é ele próprio.

Numa entrevista publicada pela Agência Brasil no dia 27 de setembro de 2009, o repórter/entrevistador pergunta a Magnoli sobre a desigualdade racial existente no Brasil e sobre os argumentos usados pelos defensores de cotas para admissão nas universidades brasileiras. A resposta de Magnoli é uma excelente síntese da postura política que ele acha que seus estudos “científicos” podem autorizá-lo a assumir (cf. COSTA, 2009). Vejamos, a seguir, como ele responde à pergunta do jornalista:

ABr: Mas a desigualdade recai mais sobre os negros? Magnoli: Isso é justificado com médias estatísticas, mas é claro que as médias estatísticas não disputam vestibular. Quem concorre no vestibular são

pessoas reais. O mito da raça serve para criar grandes conjuntos que serão definidos, no caso do Brasil, pela cor da pele. Essas médias estão se referindo às pessoas que nem terminaram o ensino médio e que nem estão disputando o vestibular. Quando se faz política de cotas nas universidades o que se faz é dizer que a disputa de pessoas da classe média baixa, que disputam as últimas vagas nos vestibulares, se definirá pelo critério de cor da pele. O que se faz é pegar essas pessoas – das mesmas escolas, dos mesmos bairros, da mesma origem familiar – e traçar uma fronteira racial, que é uma fronteira imaginária e inventada. Esse tipo de política repousa sobre os mesmos fundamentos criados no século 19 pelo racismo científico. Ou seja, o multiculturalismo, que é um fenômeno pós-moderno, tem raízes na expansão imperial europeia naquele século.

Embora formuladas em português castiço (com o perdão da palavra), as colocações de Magnoli pedem para ser destrinchadas. As estatísticas têm seu devido valor (ainda que limitado e desde que tomadas com o devido cuidado); o próprio Magnoli recorreu a elas diversas vezes. Contudo, neste caso, elas não dizem respeito à questão em pauta, nem têm a menor relevância em se tratando de exames vestibulares. Um mito não pode ser usado para criar políticas que redundam em mudanças na vida real. Logo, conclui Magnoli, longe de ser uma solução para um problema inexistente, tais políticas apenas ajudam a criá-lo.

Magnoli não deixa de ter certa razão ao apontar que quem defende cotas com base em raça aparentemente acaba de alguma forma legitimando a noção de raça, mesmo sabendo que do ponto de vista científico o conceito de raça é injustificável e insustentável. Com efeito, muitos dos defensores de cotas praticam, na visão de Magnoli, uma enganação traiçoeira, na medida em que faz uma argumentação especiosa, sabendo da improcedência dos seus fundamentos.¹⁰

Esse argumento cativa muita gente, como de fato cativou Diogo Schelp (2009), que, em artigo publicado na Revista *Veja*, festejou:

O fato de a ciência concluir que as raças não existem como conceito biológico cria uma dificuldade para os defensores da discriminação reversa (o outro nome para as cotas): inviabiliza a tentativa de usar critérios objetivos para decidir quem pode ou não ser beneficiário de privilégios no vestibular, no mercado de trabalho ou em licitações públicas.

Em momento algum, em meio desta discussão entusiasmada, aparece o fato amplamente constatado ao redor do mundo e ao longo da história de que os povos minoritários (ou setores de sociedade) perseguidos ou discriminados tendem a se agrupar, a fechar as trincheiras e, finalmente, a se enclausurar em guetos. É uma forma de assumir uma identidade que, em outras condições, eles não teriam motivo para assumir ou defender. É o que, em seu ensaio, Calligaris chama de “identidades de defesa”, que invoca aquilo que Gayatri Spivak caracteriza como “essencialismo estratégico” (cf. MUNIZ, 2009). Isso ocorreu de forma organizada no Brasil no ano de 1988, quando houve um grande clamor no sentido de que todos os pardos e negros, independente do grau de coloração de sua pele, se auto-identificassem como *negros* e não mulatos, pardos ou qualquer outra coisa. Conscientização nos mesmos moldes também está ocorrendo em meio a outras comunidades minoritárias marginalizadas, notadamente os povos indígenas (RAJAGOPALAN, no prelo 1 e 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste artigo, discorri brevemente sobre uma das heranças malditas do Estruturalismo que varreu quase todos os campos do saber, especialmente os ditos humanos e sociais: a ideia de que, para se poder concentrar no objeto de estudo propriamente dito, é preciso esquecer toda a trajetória histórica pela qual o fenômeno passou; ideia que encontrou apoio também no conceito de ciência em voga uns tempos atrás.

Acontece que os seres vivos, entre eles os seres humanos de carne e osso, sempre carregam suas histórias pessoais em suas costas e nas suas veias. Somos, afinal, não apenas meros “objetos” a serem estudados; somos seres dotados de inteligência, de discernimento e, sobretudo, de emoções e sentimentos. As marcas de discriminação sofridas por nós ou por nossos antepassados sempre permanecem em nossa psique, e levam muito, mas muito tempo para cicatrizar. O nosso estado físico ou mental pode não estar à vista, escancarado, mas isso não quer dizer que não lateje.

Diante do exposto, quando alguém diz “Somos todos iguais”, é preciso entender a afirmação como muito mais que um *slogan*, um grito

de guerra, um sonho para um futuro melhor, um performativo no sentido de Austin, e não simplesmente como um enunciado constativo que prima por seu valor de verdade. No mundo real, o que vale mesmo é o ditado atribuído a George Orwell, que diz que “Todos são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros”. Só quem de fato foi discriminado e não quer fingir que nada houve sabe como isso machuca.

O argumento levantado por Magnoli – de que, como não existe raça, é uma questão elementar de lógica que a discriminação com base em raça também não pode existir e que, por conseguinte, é perfeitamente lógico também afirmar que medidas como sistema de cotas para consertar desequilíbrios históricos também carecem de sustentação – é profundamente equivocado. Isso porque a discriminação sofrida por quem quer que seja não leva em conta evidências científicas a favor ou em contrário: é a própria ciência (isso inclui tanto aquela ciência que Magnoli coloca entre aspas para defender a outra que o interessa, como esta outra, alardeada como, agora sim, genuinamente científica) que é convocada para justificar as práticas discriminatórias.

De uma coisa podemos ter certeza: a discriminação, a exclusão praticada com os antepassados de alguém, torna a possibilidade de sua ascensão social muito mais difícil. Isso porque a possibilidade de progresso no campo de educação, por exemplo, depende de uma cultura, que só a família e/ou os círculos sociais mais próximos podem lhe conferir. A solução para isso não é a simples “inclusão” – palavra da moda que entrou no uso comum como se fosse uma cura milagrosa para todos os males sociais. Não adianta deixar que uma pessoa historicamente debilitada entre no ringue para competir, em condição de igual para igual, com adversários bem nutridos e bem treinados. A verdadeira justiça começa quando se reconhece a importância de tratar os desiguais de forma diferenciada, até que os desnutridos e os desabilitados sejam plenamente habilitados.

Todavia, meu propósito neste artigo não é mobilizar um argumento a favor de cotas. Meu objetivo é mostrar os graves erros que sustentam as teses que procuram desqualificar esse argumento com base em outros ditos “científicos”. Os intelectuais que fazem coro a esses argumentos e subscrevem teses desse tipo acabam fornecendo munição para aquelas forças conservadoras e retrógradas que sempre estão de prontidão para utilizá-la a serviço de seus próprios interesses.

É nesse contexto que se vê a importância de uma postura crítica diante das nossas ciências e da formulação de políticas que se utilizam dos frutos da Ciência (RAJAGOPALAN, 2004d). É fácil, em nossos tempos de verdadeiro endeuamento da Ciência, cair em armadilhas de raciocínio das mais engenhosas. Uma pitada de desconfiança nesses momentos não faz mal a ninguém.

LAST RESOURCE OF NARROW-MINDED FORCES ON THE SUBJECT OF SOCIAL JUSTICE:
THE DEMÉTRIO MAGNOLI CASE AND HIS ARGUMENT AGAINST QUOTAS

ABSTRACT

Emphasizing the role of Critical Linguistics for discussion of socially relevant topics, this article discusses the uses and abuses of scientific arguments to defend conservative positions and inequalities in our society. The article advocates the consideration of the historical context to understand these arguments and assumes ideology as a constituent part of science, though oftentimes denied. The case analyzed is the book *Gota de Sangue*, by Demetrius Magnoli, who in order to defend his anti-quotas position, makes use of various arguments taken as scientific, while denying his own ideological position.

KEY WORDS: Critical Linguistics, Science, argumentation, quotas.

NOTAS

- 1 Este artigo foi escrito e aceito para publicação antes de abril de 2012, quando da votação do Supremo Tribunal Federal que considerou constitucional a reserva de vagas em universidades públicas com base no sistema de cotas raciais.
- 2 Respostas fornecidas por entrevistados a perguntas diretas contidas em um questionário que são frequentemente levadas a sério sem nenhuma confirmação adicional!
- 3 O novo espírito foi sintetizado pelo poeta inglês Alexander Pope (1688-1744), que escreveu, com fé inabalável na nova religião chamada Ciência e com todo o sarcasmo a que tinha direito: “A noite encobria a natureza e suas leis. Deus disse: ‘Faça-se Newton’ e tudo foi luz”.
- 4 O termo “cientismo” se distingue de “cientificismo”. O segundo significa um entusiasmo exacerbado pela infalibilidade da ciência. Já o primeiro elege as ciências ditas exatas como modelo para todas as demais, inclusive as humanas – uma posição muito mais controversa.

- 5 Embora seja apresentado num curto verbete sobre ele na Wikipédia como “um sociólogo e geógrafo brasileiro”, Demétrio Magnoli é também um jornalista. Foi colunista semanal da *Folha de S. Paulo* entre 2004 e 2006. Atualmente, é colunista de *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.
- 6 Aqui cabe uma menção à famosa crítica desferida pelo líder negro norte-americano, Malcolm X, sobre a atitude discriminatória embutida na metáfora de luz em sua oposição à escuridão e às noções correlatas de trevas, do continente escuro etc.
- 7 Mesmo supondo que as coisas sejam assim, Magnoli ainda estaria devendo a seus leitores uma explicação sobre o modo como apresenta os EUA. Na ótica de Magnoli, os EUA conseguiram apagar uma diferença mensurável e, digamos, “palpável”. Independente disso, o argumento do autor demonstra um profundo desconhecimento da distribuição da riqueza nos EUA. Segundo os dados do *US Census Bureau* (<http://www.census.gov/compendia/statab/2010/files/income.html>), 36,5 milhões de cidadãos ou 12,3% da população daquele país vive abaixo da linha de pobreza (os dados se referem ao ano de 2006). Desnecessário acrescentar que, com a crise financeira que atingiu o país no ano de 2009, as coisas só podem ter piorado.
- 8 O contraste com a pesquisa da revista *Science*, à qual me referi no início deste artigo, fala por si só. O pesquisador vai muito além das simples respostas fornecidas pelos entrevistados para investigar justamente os fatores que os impedem de enxergar o que ocorre de fato com seus próprios comportamentos depois de assistirem a cenas de telenovelas ideologicamente comprometidas, apesar de seus desmentidos.
- 9 A pesquisa, ainda em andamento, de Karla Cristina dos Santos, doutoranda da Unicamp, investiga as complexidades e as indefinições inerentes a este assunto e às brechas que isso cria na Lei, possibilitando a impunidade de quem pratica discriminação racial.
- 10 Quem produz um argumento falacioso, porém retoricamente muito eficaz e poderoso, é o próprio Magnoli. Um exemplo gritante dessa estratégia usada por Magnoli se encontra no seguinte trecho da entrevista que concedeu à *Agência Brasil* (cf. COSTA, 2009):
“Evidentemente, o filho do ministro Joaquim Barbosa [único ministro negro no Supremo Tribunal Federal] não tem muitos problemas para estudar nem para ter oportunidades na vida, e ele tem pele escura. Enquanto que o filho de um trabalhador que ganhe um salário mínimo, com a cor de pele mais clara, tem uma série de desvantagens e de dificuldades na vida. Quando se toma a raça como critério você passa a nomear as pessoas a partir da cor

da pele e produz fantasias políticas que estão baseadas na cor da pele. É o que faz, por exemplo, a Universidade de Brasília. Na UnB, com suas cotas raciais, o filho do ministro Joaquim Barbosa precisa ter menos pontos no vestibular para ser aprovado do que o filho de um trabalhador, de cor da pele mais clara e que ganha salário mínimo, precisaria.”

O caráter trapaceiro desse estilo de argumento pode ser verificado se extrairmos sua forma lógica (que é um argumento imediato, não silogístico) e compará-lo a outros argumentos formulados nos mesmos moldes.

Primeiro, a forma lógica do argumento que Magnoli levanta:

- (a) X se beneficiou do sistema de cotas sem merecer; portanto,
- (b) O sistema de cotas deve ser extinto.

Se argumentos desse tipo valessem, teríamos que aceitar como procedente o argumento a seguir, que ninguém em sã consciência avalizaria:

- (a) Há policiais corruptos na corporação; portanto,
- (b) Toda a instituição da polícia deve ser extinta.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BARTHES, R. Saussure, le signe, la démocratie. *Le Discourse Social*, n. 3-4, abr., 1973. Reimpresso em *L'Aventure Sémiologique*. Paris: Le Seuil, 1985. p. 221.
- CALLIGARIS, C. Raças e cotas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1º out. 2009.
- COSTA, G. *Discurso multiculturalista se baseia no racismo do século 19, diz Magnoli*. Agência Brasil, 27 set. 2009. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/09/25/materia.2009-09-25.4145529488/view>>. Acesso em: 6 jan. 2010.
- DOSSE, F. *História do Estruturalismo 1. O Campo do Signo. 1945-1966*. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas-SP: Unicamp/Ensaio, 1993.
- FEYERABEND, P. How to defend society against science. In: Hacking, I. (Org.). *Scientific revolutions*. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 156-167.
- GRAY, B. The impregnability of American linguistics: an historical sketch. *Lingua*, v. 50, n. 1-2, p. 5-23, 1980.
- HERRNSTEIN, R. J.; MURRAY, C. *Bell Curve and Class Structure*. Nova Iorque: Free Press, 1994.
- HORKHEIMER, M. Filosofia e Teoria Crítica. In: *Textos Escolhidos*. 3. ed. São Paulo: Abril, [1968]1989. p. 69-75. (Coleção Os Pensadores).

- KLEMPERER, V. *LTI A Linguagem do Terceiro Reich*. Tradução de Miriam Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, [1947]2009.
- LEITE, M. Magnoli faz livro de combate contra cotas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 set, 2009.
- LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. (Org.). *A linguística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- LOVELL, P. A.; WOOD, C. H. Skin color, racial identity and life chances in Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 25, n. 3, p. 90-109, 1998.
- MAGNOLI, D. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009a.
- MAGNOLI, D. O dom de iludir. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 set. 2009b.
- MAGNOLI, D. Réplica: Resenha expôs leitura apressada de obra. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 out. 2009c.
- MOURA, C. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MOURA, C. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.
- MESQUITA, E. Clovis Moura e a sociologia da práxis. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, p. 12-27, 2003.
- MUNIZ, K. da S. *Linguagem e Identidade: uma contribuição para a discussão sobre ações afirmativas para negros no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade de Campinas, São Paulo, 2009.
- NAESS, A. *The pluralist and possibilist aspect of the scientific enterprise*. Oslo: Universitetsforlaget, 1972.
- POPPER, K. R. *The Poverty of Historicism*. Boston: Beacon Press, 1957.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica*. São Paulo-SP: Parábola Editorial, 2003.
- RAJAGOPALAN, K. Structuralism. In: STRAZNY, P. (Org.). *Encyclopedia of Linguistics*, Nova Iorque, EUA: Fitzroy Dearborn, v. 2, p. 1041-1042, 2004a.
- RAJAGOPALAN, K. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a Linguística que nos deixou na mão. In: LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. (Org.). *A Linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b. p. 11-38.
- RAJAGOPALAN, K. Resposta aos meus debatedores. In: LOPES DA SILVA, F.; RAJAGOPALAN, K. (Org.). *A Linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004c. p. 166-23.

- RAJAGOPALAN, K. On being critical. *Critical Discourse Studies*, v. 1 n. 2, p. 261-266, 2004d.
- RAJAGOPALAN, K. John Langshaw Austin. In: STRAZNY, P. (Org.). *Encyclopedia of Linguistics*. Nova Iorque, EUA: Fitzroy Dearborn, v. 1, p. 98-100, 2004e.
- RAJAGOPALAN, K. The language issue in Brazil: when local knowledge clashes with expert knowledge. In: CANAGRAJAH, A. S. (Org.). *Reclaiming the Local in Language Policy and Practice*. Mahawah, New Jersey, EUA: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2005. p. 99-122.
- RAJAGOPALAN, K. Resenha de John E. Joseph: Language and Politics. *Applied Linguistics*, v. 28, n. 3, p. 330-33, 2007.
- RAJAGOPALAN, K. Poststructuralism. In: CHAPMAN, S.; ROUTLEDGE, C. (Org.). *Key Ideas in Linguistics and the Philosophy of Language*. Edimburgo-Reino Unido: Edinburgh University Press, 2009a. p. 170-173.
- RAJAGOPALAN, K. Ordinary language philosophy. In: CHAPMAN, S.; ROUTLEDGE, C. (Org.). *Key Ideas in linguistics and the Philosophy of Language*. Edimbugo: Edinburgh University Press, 2009b. p. 149-156.
- RAJAGOPALAN, K. *Black Movement*. A sair em *Brazil Today: an Encyclopedia of Life in the Republic*, p. 69-72, 2012.
- RAJAGOPALAN, K. *Indigenous peoples*. A sair em *Brazil Today: an Encyclopedia of Life in the Republic*, 2012. p. 326-329.
- REICHMANN, W. J. *Use and Abuse of Statistics*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1961.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. Paris: Payot. 22 ed. São Paulo: Cultrix, [1916]2000.
- SCHHELP, D. Queremos dividir o Brasil?. Revista *Veja*, ed. 2128, 2 set. 2009.